



RELATÓRIO FOTOGRÁFICO
COM DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES EM
PORTO ALEGRE / RIO GRANDE DO SUL
de 1 a 3 de abril de 2014

Redação: Josi Negreiros e Vera Vieira

Edição: Vera Vieira

ATIVIDADES EM PORTO ALEGRE / RIO GRANDE DO SUL

➡ 13 de março de 2014

Evento preparatório no Plaza São Rafael Hotel,
com lideranças de organização não governamentais,
governamentais e universidades.

➡ 1 de abril de 2014, das 19h às 22h

Painel Público “Mulheres e Homens pela Paz e contra o
Tráfico de Mulheres e a Violência Sexual”,
no plenarinho da Assembleia Legislativa, com autoridades, lideranças,
população em geral e mídias.

➡ 2 e 3 de abril de 2014, das 9h às 17h30

Oficina *Redefinindo Paz - Tráfico de Mulheres e Violência Sexual:
metodologia de educação popular feminista
para trabalhar com mulheres e homens*
no Centro de Eventos do Plaza São Rafael Hotel,
com lideranças locais de órgãos governamentais,
não-governamentais e universidades.

realização



parceria



apoio



parceria em Porto Alegre/RS



patrocínio





Foto: Vera Vieira

O evento preparatório, reunindo a diretora-executiva da Associação Mulheres pela Paz, Vera Vieira e as lideranças locais de ONGs, órgãos públicos e universidades, é decisivo para o sucesso das atividades. Aconteceu em 13 de março, no Plaza São Rafael Hotel, ocasião em que se deu o início do processo de construção coletiva, em termos logísticos, metodológicos e de conteúdo.



Foto: Vera Vieira



Foto: Josi Negreiros

Na noite de 1o. de abril, das 19h às 22h, foi realizado o Painel Público intitulado “Mulheres e Homens pela Paz e contra o Tráfico de Mulheres e a Violência Sexual”, no plenarinho da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Na abertura do painel, Vera Vieira, diretora-executiva da Associação Mulheres pela Paz (AMP), destacou que o objetivo do projeto é levar ao conhecimento da sociedade a realidade cruel de um crime ainda invisível, que atinge centenas de famílias brasileiras. Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), a maioria das vítimas do tráfico humano é de mulheres (85%), que acabam abastecendo as redes internacionais de prostituição, e as brasileiras estão entre as principais vítimas. “E a AMP quer contribuir para esse enfrentamento, que inclui a educação, a informação e a implementação de políticas públicas eficazes além de outras ações, e estar junto com movimentos sociais, de direitos humanos e das mulheres lutando pelo fim da violência sexual de gênero em nosso país”, assinalou.

Clara Charf, presidenta da AMP, observou que ainda há muito o que fazer em defesa dos direitos das mulheres e que o trabalho deve ser cotidiano e coletivo. “Sou uma mulher como outra qualquer, que escolheu militar em defesa das mulheres numa época em que não se discutia o assunto”. Reafirmou que o importante é militar dia-a-dia, porém, sem sectarismo, dando oportunidade para que todos se expressem, homens e mulheres, e possam enfrentar os novos problemas que surgem.

Ariane Leitão, Secretária de Políticas Públicas para Mulheres do RS (SPMRS), representando o governador do RGS, Tarso Genro, disse que são muitos os desafios culturais colocados para as mulheres no enfrentamento à discriminação. Defendeu o debate sobre o tráfico de mulheres e a violência sexual como mais uma ferramenta para derrubar barreiras, já que o assunto ainda é pouco discutido, por envolver a sexualidade com concepção preconceituosa. “É necessário muito mais que prisões. Precisamos de leis severas para punir os criminosos e agressores, assim como uma transformação cultural pela implementação de políticas públicas. É um crime que se enfrenta com recursos públicos, e no RS é uma prioridade nas ações do governo” garantiu. Conforme a secretária, o Estado está recebendo aporte financeiro federal para a implantação de centros de referências em Jaguarão e Santana do Livramento, para reforçar o combate ao tráfico humano nas fronteiras do Estado.

O Secretário da Segurança Pública do Rio Grande do Sul (SSP), Airton Michels, falou sobre a importância do Projeto “Mulheres e Homens Pela Paz e Contra o Tráfico de Mulheres e a Violência Sexual”. “Não é mais possível que uma sociedade conviva com essa violência e esse enfrentamento é necessário, por isso é um tema prioritário na SSP”. Segundo Michels, não havia qualquer estatística sobre a violência sexual e o tráfico de mulheres na secretaria, mas que, em união com a Secretaria de Política para as Mulheres do RS, está sendo desenvolvido um trabalho nesse sentido.

“Para melhorar as instituições é necessário empoderar as mulheres nesse setor, visando a oxigenar e evoluir na busca de soluções”, afirmou.

Vanessa Vasconcellos, secretária-adjunta da SPM municipal, defendeu o trabalho em parceria de órgãos públicos e instituições no enfrentamento ao tráfico de mulheres. “É preciso descobrir quem são os aliciadores e quem são essas mulheres envolvidas, assim como articular políticas públicas eficientes”. Disse que Porto Alegre, pela Secretaria de

Direitos Humanos, a qual está vinculada a SPM, espera poder partilhar e compartilhar desse enfrentamento. Télia Negrão, da Rede Feminista de Saúde, lembrou que o debate sobre tráfico de mulheres e a violência sexual se dá num momento importante, quando uma pesquisa revela que grande parte dos pesquisados, incluindo mulheres, considera o estupro uma consequência da maneira de vestir das mulheres, algo inaceitável. Explicou que a rede trabalha com dois eixos para combater os crimes de gênero: políticas públicas para a mulher sair da violência e o compromisso de enfrentamento com profundas mudanças culturais, porque esses crimes encontram elevado patamar de aceitação da sociedade. “As razões pelas quais se traficam pessoas no mundo extrapolam o sexual, entre elas o trabalho escravo e a comercialização de órgãos, porém, as mulheres são mercadorias preferenciais”.

Conforme Télia, o enfrentamento tem que estar no centro das políticas públicas.

Irmã Eurides de Oliveira, coordenadora da Rede Um Grito pela Vida, destacou que o tráfico de pessoas não é um problema isolado e nem moral. É fruto do mundo e dos paradigmas naturais, arcáicos e patriarcal. Revelou que 20,9 milhões de pessoas são traficadas no mundo, sendo 55% mulheres e meninas, com recorte de exploração sexual e laboral, com viés de abuso e violência. Segundo a pesquisa da ONU, deste total, a América Latina é responsável por 9% e o Brasil por 15% do percentual, por causa das fronteiras. “No RGS esse é um crime subnotificado e não há pesquisas consolidadas sobre o assunto, mas é trabalhado e enfrentado cotidianamente pelas organizações não governamentais”, concluiu.

A coordenadora da ONG Maria Mulher, organização feminista negra mais antiga do Brasil (27 anos), e professora da Universidade Federal do Rio Grande do SUL (UFRGS), Maria Conceição Lopes Fontoura, se referiu às mulheres extraídas do Continente Africano e trazidas para o Brasil como exemplo. “A história das mulheres negras é marcada pela violência, pelo abuso e pelo tráfico, porque são elas as maiores vítimas”. A feminista citou o carnaval brasileiro, um espetáculo maravilhoso, todavia, realizado e divulgado com a exploração dos corpos de mulheres negras. “Corpo não é objeto para ser manipulado, porém, o samba, mulatas e futebol são os grandes chamarizes do nosso país, e a pobreza é a grande incentivadora da exploração do corpo para turismo”, enfatiza. “A violência e o tráfico da mulher tem de ser rigorosamente trabalhados e enfrentados. Chega de corpos serem utilizados como mercadoria”, finalizou Maria Conceição. Participaram do painel aberto ao público, representantes de órgão públicos, instituições não governamentais, universidades, Parlamento gaúcho, movimentos sociais, de direitos humanos, de mulheres, e sociedade civil.



Foto: Josi Negrinhos



Foto: Kairo Marcel Lenz

Em 2 e 3 de abril de 2014, foi realizada a Oficina *Redefinindo Paz - Tráfico de Mulheres e Violência Sexual: metodologia de educação popular feminista para trabalhar com mulheres e homens*, no Centro de Eventos do Plaza São Rafael Hotel.

Teve a participação de 54 lideranças efetivas ou potenciais, que atuam em organizações governamentais, não governamentais e universidades, principalmente naquelas conectadas à rede de serviços contra a violência à mulher. A maioria era de Porto Alegre, mas havia participantes de cidades fronteiriças como Jaguarão e Bagé.

Dentre os objetivos da oficina estão:

- Refinamento da ótica feminista em uma metodologia específica para trabalhar a questão do Tráfico de Mulheres e da Violência Sexual, com mulheres e homens, interconectada com o conceito ampliado de Paz, Feminismo, Masculinidades e Educomunicação - com recorte de classe, étnico-racial, de orientação sexual e geracional.
- Contribuição para o acúmulo de discussão sobre o tema do tráfico de mulheres dentro do movimento feminista e na sociedade em geral.
- Contribuição na luta pelo enfrentamento da violência contra a mulher, que se materializa na violência doméstica e sexual, além do tráfico de mulheres.
 - Fortalecimento da rede de serviços contra o tráfico humano, formada por atores governamentais e não governamentais.
 - Interferência na implantação e implementação de políticas públicas para o enfrentamento do tráfico de mulheres e da violência sexual.
- Aumento da sensibilidade da mídia e da opinião pública sobre a gravidade dessas questões, como consequência das desigualdades de gênero.



Foto: Vera Vieira

A oficina teve início com uma dinâmica de apresentação e levantamento de expectativas, coordenada por Vera Vieira.

Dentre as palavras simbolizando as expectativas, destacaram-se:

troca de experiências, paz, liberdade, superação, expectativa, autonomia, aprendizagem, fortalecimento, experiência, conhecimento, diversidade, descobertas, compartilhamento, informação, fortalecimento da rede, compaixão, aprimoramento, respeito, empoderamento, trocas, vítimas, partilha, construção, ação, guerreira.



Foto: Vera Vieira



Foto: Vera Vieira

Télia Negrão, da Rede Feminista de Saúde, iniciou com uma dinâmica de sensibilização sobre “coisas de homem, coisas de mulher”, para falar sobre os espaços reservados para as mulheres na sociedade: elas no espaço privado, eles no espaço público (com o papel de mando), o que demonstra que a soberania é masculina. Foi enfática ao colocar que faltam políticas públicas efetivas para o enfrentamento dos problemas que estão colocados no cotidiano das mulheres.

“O trabalho das mulheres ainda é considerado sem valor econômico e as relações de gênero são regidas por normas, leis e por políticas públicas de difícil penetração, por isso, o acesso a recursos, oportunidades, bens, saúde, segurança e benefícios é desigual; os sistemas de gênero são extremamente masculinos”, frisou.



Foto: Vera Vieira



Foto: Vera Vieira

No período da tarde, aconteceu um grande painel intitulado *Panorama local sobre o Tráfico de Mulheres e a Violência Sexual*. Mariza Albertoni (foto acima), do Movimento pelo Fim da Violência e da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, disse que a luta contra a exploração sexual não pode ser desvinculada da luta contra o abuso, já que o explorador costuma ter histórico de violência sexual em casa. Segundo ela, há muitos meninos sendo explorados, entretanto, eles não revelam porque temem ser rotulados de gays, o que dificulta identificar o abuso e o abusador. Irmã Eurides Oliveira, da Rede Um Grito pela Vida e integrante da Campanha da Fraternidade 2014, da Igreja Católica, revelou que, no Rio Grande do Sul, o maior índice de tráfico é para exploração sexual, trabalho escravo, exploração de meninos por clubes de futebol, adoção e exploração de crianças e adolescentes.

“Porto Alegre, Caxias do Sul, Santa Maria, Uruguaiana e Passo Fundo são as cidades que registram a maior ocorrência de tráfico”, afirma.



Foto: Vera Vieira



Foto: Vera Vieira

O delegado Rafael França, chefe da Delegacia de Defesa Institucional (Delinst), da Polícia Federal (antigo Dops), declarou que é grande a dificuldade para investigar o tráfico de pessoas, pois não existe uma rota específica seguida pelos agenciadores, prevalecendo as oportunidades do momento. Outra barreira apontada por França, em relação às mulheres levadas para o exterior, é o fato de elas irem por vontade própria.

“A rede do tráfico de mulheres é muito persuasiva, e nos resta somente acompanhar”, justifica.

Outro empecilho, diz o delegado, na identificação e prisão dos aliciadores, são as próprias vítimas, que não denunciam porque não querem que as famílias saibam, e recebem grandes quantias em dinheiro para se calarem. “Precisamos de leis mais rígidas para manter os criminosos na cadeia”, defende.

Alexia Meurer, do Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, da Secretaria de Segurança Pública RS, e Yara Regina Stockmanns, da Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres RS, discorreram sobre o trabalho conjunto que vêm realizando, visando à prevenção e informação sobre a problemática, articulação de ações para mapeamento dos dados do crime no estado e participação no processo de recâmbio de vítimas do tráfico de pessoas. Foram destacados os telefones 181 (Disque Denúncia), 180 (Central de Atendimento à Mulher) e 100 (Violação de Direitos Humanos).



Foto: Vera Vieira



Foto: Vera Vieira

Para tratar da questão da *Orientação Sexual e Identidade de Gênero*, a transexual Talita Oliveira começou com uma provocação, perguntando a algumas pessoas: “qual é a sua opção sexual”? Foi uma maneira de esclarecer que não se trata de escolha sexual e sim orientação sexual. Em seguida, passou a relatar sua própria história, que inclui a vivência na condição de vítima de tráfico internacional. Paraibana, de família de classe média, foi expulsa de casa aos 15 anos, ocasião em que começou a se prostituir em João Pessoa. Foi, então, aliciada por Isnard Alves Cabral, travesti conhecido como Diná, que vive em Roma e é suspeito de comandar uma rede internacional de tráfico para fins de exploração sexual. Talita embarcou para a Itália em 2002, sendo escravizada por dois anos, Fazia até 15 programas por noite. Sua dívida chegava a R\$24 mil reais, além de uma diária de R\$100,00 que se somava aos gastos com alimentação e transporte. Em 2010, Diná foi denunciada pelo Ministério Público Federal da Paraíba, juntamente com quatro paraibanos e um italiano, sob a suspeita de tráfico de dezenas de travestis para a Europa. Vivendo em Porto Alegre desde 2013, Talita continua a buscar oportunidades de emprego, apesar das dificuldades.

A abordagem do direito à identidade social foi uma questão polêmica entre a expositora e algumas participantes.



Foto: Vera Vieira



Foto: Vera Vieira

Na manhã do dia 3/4, Clair Ribeiro Ziebell, do Fórum de Mulheres de São Leopoldo, abordou o tema da *Educação Popular Feminista*, inicialmente com um levantamento do entendimento das pessoas participantes.

Para ela, o resultado da dinâmica demonstrou conhecimento sobre o assunto.

Assistente social, professora universitária, educadora popular e filha de pescadores, ela abordou o tema na perspectiva da Revolução Francesa e do educador Paulo Freire, defensor da educação universal e gratuita. Fez um relato de experiências e militância cotidianas nos movimentos sociais, para o enfrentamento à violência sexual, doméstica, social, profissional e ao tráfico de mulheres e homens, crianças e adolescentes.

Defendeu a educação popular feminista como uma ferramenta que incide no cotidiano das mulheres, contribuindo para o seu empoderamento e transformação das relações de gênero e da sociedade.

Entre grandes autores da educação popular citou Paulo Freire, Carlos Brandão e Moacir Gadotti.

Já na educação popular feminista destacam-se Moema Viezzer e Bia Cannabrava. Como bem define a Rede Mulher de Educação, ONG fundada por ambas, ela se volta “para a aprendizagem de novas relações sociais de gênero”.

Clair enfatizou, entre outras abordagens, o caráter dialógico da metodologia e as etapas de construção: preparação, encontro e continuidade.



Foto: Vera Vieira



Foto: Walkíria Lobo

Em seguida, Vera Vieira, diretora-executiva da Associação Mulheres pela Paz, jornalista, com doutorado em Comunicação/Feminismo, abordou a temática *Educomunicação pela cidadania das Mulheres*.

A partir de uma dinâmica em que as pessoas participantes citavam aspectos positivos e negativos das mídias, em termos de reforço de estereótipos sexistas versus mensagens transformadoras das relações sociais de gênero, Vera enfatizou que “não se trata de endeusar ou demonizar os veículos de comunicação. As mídias nada mais são do que a forma moderna de informação e comunicação”. Ao mostrar exemplos de mensagens que podem transformar a realidade, ela ressaltou que acredita no potencial dos meios de comunicação de massa, incluindo as mídias sociais, enquanto instrumentos estratégicos na luta pela equidade de gênero e justiça social.

Para tanto, há a necessidade de se galgar três passos, que se entrelaçam: instrumentalização, leitura crítica e mecanismos de intervenção na mídia”.

Josi Negreiros (foto abaixo), jornalista local contratada para a assessoria aos eventos, forneceu um panorama do funcionamento das mídias, a partir de sua longa trajetória nos diversos veículos.



Foto: Vera Vieira



Foto: Vera Vieira

O tema das *Masculinidades* foi abordada por Fernando Seffner, professor de história e pesquisador da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Saliou que o tema tem implicações na questão de gênero, na forma de pensar (ou não pensar), e na criação dos “novos homens - nova masculinidade”, banalizado pela mídia.

“O novo homem é um modelo hegemônico de masculinidade, que não considera raça, cor, etnia”.

Segundo ele, esse “novo homem” capturado pela ótica do consumo de bens e serviços é branco, heterossexual, adulto, jovem, solteiro ou recém-casado, com religião difusa, opiniões genéricas sobre política partidária, nível superior, educado, ligado às novas tecnologias, mora na Região Sul e Sudeste e é fenômeno na mídia.

“É uma coisa canalha na sociedade brasileira que tem a ver com o velho racismo”, adverte.

O professor ilustrou a palestra com exemplos discriminatórios, como a de pescadoras da região pesqueira do RS, que não usufruem dos mesmos direitos dos pescadores (seguro-defeso, benefício concedido pelo Governo em época da desova, quando é proibido pescar), embora a atividade seja considerada familiar; e de professoras que relevam certos comportamentos de meninos em prejuízo das meninas.

“As professoras, e surpreende porque é uma profissão essencialmente feminina, são econômicas ao afirmar que uma aluna é inteligente e generosas ao elogiar meninos”.



Foto: Vera Vieira



Foto: Vera Vieira

Maria Luiza Pereira Oliveira, psicóloga, da ONG Sempre Mulher, falou sobre a *Questão Étnico-Racial*, tendo por foco no tráfico de mulheres no Brasil, com recorte de raça.

“O tráfico de pessoas faz parte da nossa história, com incidência na forma peculiar de violência sobre as mulheres negras”. Dados estatísticos mostram que dos 191 milhões de brasileiros, 51% são negros. Deste total, 25% são de mulheres negras, sendo que 8,5% vivem em extrema pobreza.

De acordo com Maria Luiza, as mulheres negras sofrem maior exposição à violência, têm menos condições de acessar oportunidades, e por essa vulnerabilidade socioeconômica são mais suscetíveis ao tráfico e a violência sexual. “As políticas públicas de enfrentamento são insuficientes e estão baseadas em modelos discriminatórios”.



Foto: Vera Vieira



Foto: Vera Vieira



Foto: Vera Vieira

Para o consenso sobre as “Possibilidades de multiplicação no cotidiano das(os) participantes” foi feita a divisão em três grupos.

O Grupo 1 (acima/esq.) realizou o seguinte consenso: 1) Caminhada em repúdio ao resultado da pesquisa IPEA (a qual revelava que um alto percentual da população considerava que a forma de se vestir da mulher justificava o estupro); 2) Potencialização das ações através da integração dos diversos segmentos; 3) Formação de novas lideranças comprometidas; 4) Formação e informação (especialmente jovens e adolescentes); 5) Implementação de políticas públicas inclusivas, visando à diminuição das vulnerabilidades; 6) Atenção especial aos acordos e protocolos transacionais; 7) Estímulo às denúncias.

O Grupo 2 (acima/dir.) chegou à seguinte lista de prioridades: 1) Orientação preventiva nas escolas; 2) Produção de vídeos institucionais a serem exibidos em postos de gasolina, portos secos, restaurantes, hotéis, etc.; 3) Informação, divulgação, palestras e outros meios alternativos, para tornar visível o tráfico de mulheres e a violência sexual; 4) Prevenção e enfrentamento, via acordos bilaterais, com nações de fronteiras e outras, referentes ao tráfico de mulheres e violência sexual, como também o trabalho escravo das mesmas; 5) Investimento em políticas públicas efetivas, permanentes e bem aplicadas, municipais e regionais; 6) Socialização dos endereços eletrônicos de todas as participantes do encontro, para fortalecimento da rede.

Por fim, o Grupo 3 (abaixo) chegou às seguintes ações: 1) Fortalecimento das redes; 2) Formação para conscientização de homens e mulheres; 3) Política de comunicação de massa; 4) Promoção da transformação cultural; 5) Desconstrução dos mitos.



Foto: Vera Vieira



Foto: Vera Vieira

Prestigiaram as atividades da oficina o governador Tarso Genro (acima), que foi levar o seu abraço a Clara Charf e cumprimentar as pessoas participantes, a coordenadora do Fórum de Mulheres do Mercosul, ex-senadora do RS e 1º Ministra da Secretaria de Políticas para Mulheres da Presidência da República, Emília Fernandes, a vereadora, ex-deputada estadual e ex-presidente do Grupo Hospitalar Conceição, rede referência no atendimento à pacientes do SUS no RGS, Jussara Cony, e a ex-secretária Estadual de Turismo, Abigail Pereira.



Foto: Vera Vieira



Foto: Vera Vieira

Acima, o cinegrafista Kairo Marcel Lenz, da Preto Filmes, responsável pelas filmagens, junto com Marcelo Allgater.

Abaixo, a equipe da Associação Mulheres pela Paz.



Foto: Vera Vieira